

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município possui múltiplas unidades consumidoras de energia elétrica, abrangendo baixa e alta tensão, inclusive iluminação pública, cujas despesas representam parcela relevante do orçamento público.

Verifica-se, contudo:

- I - a inexistência de equipe técnica especializada para análise tarifária aprofundada;
- II – a elevada complexidade regulatória do setor elétrico;
- III - a recorrência, em outros entes públicos, de cobranças indevidas, enquadramentos inadequados e distorções tarifárias;
- IV – a ausência de política estruturada de governança energética;
- V – a necessidade de racionalização das despesas correntes relacionadas ao consumo de energia elétrica.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de contratação de solução técnica especializada voltada à auditoria das faturas, análise tarifária, identificação de inconsistências, revisão de enquadramentos e eventual recuperação de valores pagos indevidamente perante a concessionária de energia elétrica.

2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

A contratação encontra alinhamento com:

- I – as diretrizes de eficiência administrativa e economicidade;
- II – os objetivos de racionalização das despesas correntes;
- III – as ações de aprimoramento da governança pública;
- IV – a política de fortalecimento do controle das contratações e da gestão contratual;
- V – o interesse público na otimização das despesas com energia elétrica.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I – execução por empresa especializada em engenharia elétrica;
 - II – responsável técnico engenheiro eletricitista devidamente registrado no CREA;
 - III – comprovação de experiência em serviços similares;
 - IV – capacidade técnica para atuação administrativa perante concessionárias e órgãos reguladores;
 - V – utilização de metodologia auditável e rastreável;
 - VI – elaboração de relatórios técnicos individualizados por unidade consumidora;
 - VII – acompanhamento integral dos processos administrativos instaurados.
- ✓ § 1º Vedadas exigências restritivas indevidas.
- ✓ § 2º Admitida subcontratação apenas de atividades acessórias, sem transferência da responsabilidade técnica principal.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A contratação abrangerá todas as unidades consumidoras vinculadas ao Município, incluindo:

- I – Baixa Tensão;
- II – Alta Tensão;
- III – Iluminação Pública.

A natureza do objeto impede a definição prévia de quantitativos unitários, mostrando-se adequada a contratação global da solução.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram identificadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Execução interna

Inviável, diante da ausência de corpo técnico especializado, da complexidade regulatória do setor elétrico e da inexistência de estrutura técnica permanente voltada à auditoria tarifária.

Alternativa 2 – Contratação com remuneração exclusivamente fixa

Embora viável sob o aspecto operacional, não estimula a efetiva obtenção de resultados econômicos concretos em favor da Administração.

Alternativa 3 – Contratação com remuneração variável vinculada ao desempenho

Mostra-se a alternativa mais adequada, considerando:

- I – o alinhamento entre remuneração e benefício econômico efetivamente obtido;
- II – a redução do risco financeiro da Administração;
- III – o estímulo à eficiência técnica;
- IV – a compatibilidade com a natureza do objeto;
- V – a expressa autorização contida no artigo 144 da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do artigo 144, §§1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, admite-se remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, inclusive mediante pagamento calculado em base percentual sobre a economia gerada ou valor economizado em determinada despesa pública.

Conclusão: a modelagem com remuneração variável vinculada ao benefício econômico efetivamente obtido mostra-se a solução mais vantajosa e adequada ao interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa da contratação observará:

- I – o percentual máximo admitido pela Administração incidente sobre os valores efetivamente recuperados ou compensados;
- II – estimativa conservadora dos potenciais créditos recuperáveis;
- III – limite máximo global da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução compreende:

- I – levantamento e organização das faturas;
- II – auditoria técnica e tarifária;
- III – análise de enquadramento tarifário e demanda contratada;
- IV – identificação de inconsistências e cobranças indevidas;
- V – elaboração de relatórios técnicos conclusivos;
- VI – instauração e acompanhamento de medidas administrativas;
- VII – acompanhamento até a efetiva restituição ou compensação dos valores.

Trata-se de solução de ciclo completo, voltada à geração de benefício econômico mensurável em favor da Administração Pública.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

O objeto não comporta parcelamento, uma vez que:

- I – há interdependência técnica entre as etapas;
- II – a fragmentação comprometeria a responsabilização técnica;
- III – a execução integrada é essencial para a adequada apuração dos créditos;
- IV – o fracionamento comprometeria a eficiência da solução;
- V – a centralização da execução favorece a rastreabilidade e o controle dos resultados.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se:

- I – identificar e corrigir distorções tarifárias;
- II – recuperar valores pagos indevidamente;
- III – reduzir despesas com energia elétrica;
- IV – aprimorar o enquadramento tarifário das unidades consumidoras;
- V – estruturar base técnica para gestão energética futura;
- VI – promover racionalização das despesas correntes;
- VII – aprimorar a governança administrativa e contratual.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – levantamento preliminar das unidades consumidoras;
- II – organização das faturas disponíveis;
- III – designação de fiscal e gestor do contrato;
- IV – definição dos fluxos internos de acompanhamento;
- V – consolidação das informações cadastrais das unidades consumidoras.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações diretamente interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação possui impacto ambiental indireto positivo, na medida em que pode contribuir para:

- I – uso mais eficiente de energia elétrica;
- II – racionalização do consumo energético;
- III – redução de desperdícios operacionais;
- IV – aprimoramento da gestão energética municipal.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação mostra-se:

- I – necessária;
- II – adequada;
- III – tecnicamente viável;
- IV – economicamente vantajosa;
- V – compatível com o interesse público.

A modelagem remuneratória variável encontra amparo no artigo 144 da Lei nº 14.133/2021, especialmente em razão da natureza do objeto, voltado à racionalização de despesas públicas e à obtenção de benefício econômico mensurável em favor da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Taiúva

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

Conclusão: opina-se pela viabilidade da contratação, nos termos propostos.

Recomenda-se, assim, o prosseguimento da contratação, mediante observância das disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.